



Brasil dados sobre trabalho ♦

TRABALHO INFANTIL

*No **Correio Sindical Mercosul** de 1º. de Maio informamos que o governo FHC decidiu cortar pela metade o valor das bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para as famílias que têm apenas um filho (FSP, 29/04/2000) e além disso vem atrasando a transferência das verbas para os governos estaduais. As consequências já se fazem sentir .*

Crianças voltam a colher laranja nos campos de Sergipe

O atraso de três meses no pagamento da bolsa-escola do governo federal está levando de volta ao trabalho dos laranjais do sul de Sergipe parte das 9.200 crianças atendidas pelo programa.

Elas estão cadastradas no Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e teriam de receber R\$ 25 mensais para ficar mais tempo na escola sem ter de trabalhar nos campos da região, a terceira maior produtora de laranja do país.

"Todo mundo está levando os filhos para o trabalho quando aparece emprego. Não tenho medo de falar. O governo paga pouco e atrasado. Há pouco trabalho e muita fome", disse José Domingos Cardoso dos Santos, 38, pai de Agnaldo, 14. Agnaldo vestia uma camiseta suja e rasgada do Peti de Pedrinhas (SE). "Se não trabalho não tenho roupa nem comida. Não posso ficar de bolso pelado", disse o garoto, que voltou a trabalhar em janeiro. Além de calejadas pelo serviço cumulado nos

♦ *Fonte: Informativo Eletrônico do DIEESE – Ano I, Nº. 2 - Maio de 2.000 e Folha de São Paulo – 25/05/2000)*

laranjais e na roça do pai, suas mãos possuem a marca de quem trabalha na região: a quase inexistência de impressões digitais.

"O ácido do suco da casca da laranja vai lixando a camada córnea da pele, uma lesão que só é revertida após meses de não contato com a fruta", afirmou o dermatologista Cedro Portugal, de Aracaju (SE). Como o "não contato" acaba sendo raro, os meninos passam boa parte da vida tendo a certidão de nascimento como único documento –sem digitais visíveis, não conseguem tirar carteira de identidade.

A falta de regularidade no pagamento das bolsas se agravou neste ano. Os meses de janeiro e fevereiro só foram pagos no dia 29 de março passado. Sergipe, que recebeu a verba do governo federal no dia 18 de maio, promete pagar março e abril ainda esta semana.

O governo de Sergipe estima que 25 mil meninos e meninas entre 8 e 14 anos trabalhavam nas lavouras de laranja e mangaba da região. A Agência Folha percorreu 900 quilômetros entre 7 dos 14 municípios que compõem o pólo citrícola de Sergipe, que tem produção anual média de 700 mil toneladas de laranja.

Erradicar o trabalho infantil nos laranjais se torna mais difícil por causa da preferência que os produtores locais dão ao trabalho dos jovens, considerado mais eficiente do que o dos adultos. Mais leves e ágeis, os meninos sobem nos pés de laranja fazendo a colheita mais rápida e sem quebrar galhos que produzirão novos frutos. O mesmo não acontece com os adultos, que usam uma vara com gancho para pegá-las.

O presidente da Associação dos Produtores de Laranja de Sergipe, Nelson de Araújo Costa, diz que acha "normal" o trabalho de crianças com mais de 10 anos. "Colher e juntar laranja não é penoso. É uma brincadeira de criança. Pode ser que até exista abuso. A proibição do trabalho de crianças com mais de 10 anos aumenta a pobreza. Vai gerar prostituição e crime nas cidades maiores."

A reportagem constatou que a maioria das pessoas que colhem laranja tem entre 15 e 17 anos, o que é proibido pelo artigo 7º, inciso 33, da Constituição, segundo o juiz da Infância e Adolescência de Boquim (SE), Diogines Barreto.

Ministério autoriza verbas do FAT para treinamento de menores

Um ministério gasta recursos para tirá-las do mercado, mas outro promove cursos para colocá-las. Crianças são treinadas com verba do FAT. Recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) que deveriam servir para combater o desemprego estão sendo usados para treinar crianças em pelo menos quatro Estados.

Crianças com idades entre 9 e 11 anos recebem cursos profissionalizantes para aprender a fabricar produtos de higiene e limpeza, fazer peças de artesanato, lidar com abelhas e até cuidar de pequenas empresas.

Os cursos de qualificação profissional que têm crianças entre seus alunos são pagos com parte do dinheiro repassado pelo Ministério do Trabalho e Emprego aos governos estaduais, responsáveis pela contratação e pagamento das entidades que realizam o treinamento.

É difícil saber o total de crianças que foram treinadas em cursos de qualificação profissional no Piauí, pois o perfil dos alunos traçado pela Secretaria do Trabalho do Estado foi feito como se todos os treinandos tivessem 14 anos ou mais. O dado é falso.

Em parte dos casos, é clara a incapacidade das crianças de aprender o que lhes é ensinado. Aos 9 anos, Rodrigo Araújo Monteiro, outro morador de Picos, fez no ano passado um curso de gestão empresarial.

Não há notícias de um quadro tão grave de treinamento de crianças com dinheiro do FAT como no Piauí, mas o problema não é exclusivo do Estado.

O Ministério do Trabalho pediu ao Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) uma análise de todos os relatórios elaborados nas 27 unidades da federação sobre os cursos de qualificação profissional dados entre 1996 e 1998.

A avaliação final do Ipea só deverá ser entregue ao ministério neste mês, mas no último relatório parcial, que tem 414 páginas e não foi divulgado, pode-se ver em tabelas de faixa etária que crianças e adolescentes com idades entre 9 e 13 anos foram treinados pelo menos em Minas Gerais, Paraíba e Roraima .

Os relatórios do Piauí e da maioria das unidades da federação são muito genéricos e não permitem a análise detalhada das idades dos alunos.

O Planfor (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador), mantido com recursos do FAT originários das contribuições do PIS/Pasep, foi criado em 1996 para ajudar desempregados, pessoas em risco de desemprego, trabalhadores por conta própria, cooperativados e pequenos e microempreendedores. No ano passado, o Planfor consumiu recursos de R\$ 356 milhões para qualificar 2,6 milhões de pessoas.

O programa prevê o auxílio a adolescentes, maiores de 14 anos, que buscam seu primeiro emprego, mas nunca a crianças. Até porque ao treinar crianças os cursos do Planfor estão incentivando uma prática ilegal.

A Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbem qualquer tipo de trabalho por menores de 14 anos e só permitem que adolescentes com idades entre 14 e 16 anos trabalhem na condição de aprendizes.

Para a organização não-governamental Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, o fato de a lei prever o aprendizado profissional somente a partir dos 14 anos coloca o próprio treinamento na ilegalidade.

SALÁRIO E RENDA

Salário mínimo e salário mínimo necessário do DIEESE

<i>Período</i>	<i>Salário mínimo</i>		<i>Sal. Mínimo necessário</i>	
	R\$	%	R\$	%
Abr/2000	151,00	-	973,84	-
Abr/99	130,00	-	878,24	-
Varição anual	-	16,15	-	10,89

Fontes: MTE e DIEESE - Elaboração: DIEESE

A evolução anual do salário mínimo mostra um reajuste de 16,15% em abril de 2000, quando passou de R\$ 130,00 para R\$ 151,00. Já o salário mínimo necessário apresentou, no período de maio de 1999 a abril de 2000, uma variação positiva de 10,89%. Atualmente, o SMN, calculado pelo DIEESE desde 1959, está estimado em R\$ 973,84. Esse valor corresponde a 6,5 vezes o valor do salário mínimo de abril de 2000.

EMPREGO

Taxas de desemprego em seis regiões metropolitanas

Período	São Paulo (%)	Porto Alegre (%)	Distrito Federal (%)	Belo Horizonte (%)	Salvador (%)	Recife (%)
Mar/2000	18,4	17,7	21,7	18,1	28,6	20,6
Mar/99	19,9	18,6	22,0	17,9	26,9	22,7
Mar/98	18,1	14,5	19,7	15,3	24,1	21,7

Fontes: Seade-DIEESE; FEE-FGTAS-Sine/RS; Codeplan/GDF-Seter/GDF; CEI/FJP-Setascad-Sine/MG; SEI/Setras/UFBA; STAS/PE. - Elaboração: DIEESE

As taxas de desemprego nas regiões metropolitanas abrangidas pela PED mantiveram-se elevadas em março de 2000, embora tenham caído um pouco, se comparadas com as de igual período de 1999, exceto em Salvador e em Belo Horizonte. Na Grande São Paulo, a taxa de desemprego passou de 17,7% em fevereiro, para 18,4% em março de 2000. Embora esse comportamento sempre ocorra nesse período do ano, sua intensidade foi das menores já registradas desde o início da pesquisa, superando apenas a verificada em março de 1995 quando comparada a fevereiro do mesmo ano (2,3%).

As capitais do Nordeste e o Distrito Federal são as regiões que vêm apresentando as maiores taxas de desemprego: acima de 20% da PEA.

O contingente de desempregados estimado para a Região Metropolitana de São Paulo, em março, foi de 1.647.000 pessoas. Esse número representa cerca de 72.000 desempregados a mais do que o registrado no mês anterior. Esse resultado é decorrência da incorporação de 52.000 indivíduos à População Economicamente Ativa (PEA), aliada à extinção de 20.000 postos de trabalho. A pequena variação negativa do nível de ocupação, em março, refletiu o desempenho desfavorável do comércio, não compensado pelo crescimento da ocupação na indústria e nos outros setores.

Índice de trabalhadores assalariados no setor privado com carteira assinada e sem carteira assinada Regiões Metropolitanas – 1995/2000 (Em Número Índice)

Período	São Paulo (1)		Porto Alegre (2)		Distrito Federal (3)		Belo Horizonte (4)		Salvador (5)		Recife (6)	
	c/ cart.	s/ cart.	c/ cart.	s/ cart.	c/ cart.	s/ cart.	c/ cart.	s/ cart.	c/ cart.	s/ cart.	c/ cart.	s/ cart.
Mar/95	110,9	167,5	104,7	123,9	105,5	100,5	-	-	-	-	-	-
Mar/96	107,4	169,3	100,2	103,4	105,7	107,1	100,2	98,7	-	-	-	-
Mar/97	104,9	188,4	101,0	100,0	106,1	110,7	102,3	108,1	104,2	104,6	-	-
Mar/98	104,2	185,3	98,4	109,1	112,0	117,2	106,0	100,7	117,5	101,9	99,1	104,3
Mar/99	100,1	189,0	97,6	113,6	115,0	111,3	99,3	93,3	119,1	93,0	101,2	101,7
Mar/00	101,7	216,2	99,8	133,0	118,8	128,9	105,8	103,4	120,5	109,4	110,8	117,9

Obs.: Bases (1) média de 1985 = 100; (2) média de 1993 = 100; (3) média de 1992 = 100; (4) média de 1996 = 100; (5) média de 1997 = 100; (6) set, out e nov de 1997 = 100

Fontes: Seade-DIEESE; FEE-FGTAS-Sine/RS; Codeplan/GDF-Seter/GDF; CEI/FJP-Setascad-Sine/MG; SEI/Setras/UFBA; STAS/PE - Elaboração: DIEESE

Os dados de registro e não registro em carteira, são reveladores do grau de formalidade ou informalidade do mercado de trabalho. As informações da tabela demonstram que houve uma mudança para pior no tocante ao registro em carteira, em todas as regiões metropolitanas. Isto é, diminuição dos trabalhadores com registro e, ao mesmo tempo um aumento considerável dos trabalhadores sem registro em carteira. No caso de São Paulo, a ocupação sem registro cresceu cerca de 30% em março de 2000, quando comparada a março de 1995. Nas demais regiões, o Distrito Federal foi a que registrou o maior aumento no índice de ocupação sem registro em carteira. Em resumo, pode-se deduzir a partir da análise desses indicadores que tem havido, sistematicamente, uma precarização do mercado de trabalho em suas várias dimensões.

Movimentação de pessoal (admitidos e desligados) por setor de atividade econômica – Brasil

(Em mil pessoas)

Setores	Admitidos		Desligados		Saldo	
	Fev/00	Mar/99 a Fev/00	Fev/00	Mar/99 a Fev/00	Fev/00	Mar/99 a Fev/00
Indústria	198,8	2.143,7	171,8	1.980,6	27,0	163,1
Construção civil	85,1	1.032,5	73,6	1.022,2	11,5	10,3
Comércio	193,2	2.310,7	177,6	2.042,4	15,6	268,3
Serviços	344,2	3.498,8	282,7	3.239,6	61,5	259,2
Agropecuária	34,2	383,6	22,8	378,7	11,4	4,8
Outros / Ignorados	5,1	95,0	4,1	37,8	1,0	57,2
Total	860,6	9.464,3	732,6	8.701,3	128,0	763,0

Fonte: MTE, CAGED, Lei 4.923/65. Elaboração: DIEESE.

Os dados de movimentação de mão-de-obra por setor de atividade do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) para o Brasil mostram que no período de março de 1999 a fevereiro de 2000, o saldo foi positivo. Dos seis setores analisados, destacaram-se o comércio e os serviços com saldos de, respectivamente, 268,3 mil e 259,2 mil pessoas.

Taxa de rotatividade mensal por setor de atividade econômica – Brasil e São Paulo

(Em %)

Atividade econômica	Brasil			São Paulo		
	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/97	Dez/98	Dez/99
Todas atividades	2,02	2,06	2,51	1,79	1,76	2,26
Extrativa mineral	1,15	1,03	1,31	0,97	1,31	1,35
Indústria de transformação	1,39	1,47	1,97	1,06	1,10	1,73
Serviços industriais utilidade pública	1,04	0,73	1,02	1,02	0,46	1,42
Construção civil	3,49	3,41	4,12	3,53	3,37	4,38
Comércio	3,09	2,99	3,60	2,75	2,56	3,08
Serviços	2,08	2,12	2,53	1,94	1,93	2,35
Administração pública	0,32	0,35	0,39	0,57	0,53	0,72
Agropecuária	0,98	1,13	1,44	1,06	0,72	1,03
Outras atividades	1,38	0,71	2,49	1,47	1,04	2,25

Fonte: MTE, CAGED, Lei 4.923/65.

Elaboração: DIEESE.

SEGURO-DESEMPREGO

Total de segurados por setor de atividade econômica Brasil e São Paulo – 1998/99

Setores de Atividade/Período	Brasil			São Paulo		
	Jan/99	Jan/00	Variação (%) Jan/00 - Jan/99	Jan/99	Jan/00	Variação (%) Jan/00 - Jan/99
Indústria	74.664	68.360	-8,44	28.645	21.729	-24,14
Construção civil	41.143	35.488	-13,74	8.354	6.850	-18,00
Serviços	78.243	75.113	-4,00	21.100	20.041	-5,02
Comércio	104.501	105.316	0,78	33.834	31.893	-5,74
Agropecuária	19.981	24.804	24,14	16.069	7.704	-52,06

Outros + ignorado	5.780	2.842	-50,83	1.222	478	-60,88
Total	324.312	311.923	-3,82	109.224	88.695	-18,80

Fonte: MTE.— <http://www.mte.gov.br>

Elaboração: DIEESE.

Os dados do IBGE

A taxa de desemprego aberto medida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ficou em 7,8% em abril, contra 8,1% em março.

A pesquisa do IBGE divulgada ontem, que abrange seis regiões metropolitanas do país -Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre-, apontou ainda queda de 2,24% do desemprego em relação a abril do ano passado, cuja taxa havia sido de 8,0%.

Pelos dados do IBGE, o número de pessoas ocupadas cresceu 1,4%, de março para abril, o que representa mais 227 mil pessoas trabalhando. De abril do ano passado para abril deste ano, a alta foi de 5,4%, correspondendo a mais de 864 mil pessoas.

O tempo médio de procura de trabalho, em abril, foi de 20 semanas, contra 18,9 semanas de março.

Em abril do ano passado a média era de 22,2 semanas. A pesquisa do IBGE também revelou que o número de empregados sem carteira assinada aumentou 12,4%, enquanto os trabalhadores por conta própria cresceram 5,6%. O número de trabalhadores com carteira assinada cresceu 1,5% e o de empregadores cresceu 0,3%.

A consultora do Departamento de Emprego e Rendimento do IBGE, Shyrlene Ramos de Souza, atribuiu o crescimento da informalidade e do trabalho por conta própria a uma tendência iniciada nos anos 90, em que as empresas contratam prestadores de serviços em vez de funcionário

"As empresas não querem ter os custos e os encargos com funcionários. Hoje é o indivíduo que administra o seu trabalho e o seu horário", afirmou.

Por setor de atividade, a pesquisa registra queda do desemprego nos principais setores. O destaque é o da construção civil, que passou de 9,9% para 8,8%.

De acordo com o Sintraconst (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil), de fato está havendo um movimento de queda no desemprego no setor, motivada pela inauguração de obras públicas em razão das eleições municipais. Mas ele calcula que a queda do desemprego na construção civil vai durar até julho. A partir de agosto, com o término de grande parte das obras com fins eleitorais, as empresas voltarão a demitir, previu.

Junto com a pesquisa de emprego, o IBGE divulgou também dados por gênero, relativos a abril.

A taxa de atividade das pessoas economicamente ativas, com 15 anos ou mais, foi de 73,3% para os homens e de 45,4% para as mulheres.

Mulheres tema mais empregos precários e renda é 67% da masculina

O rendimento médio das mulheres nas seis principais regiões metropolitanas do país -São Paulo, Rio, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre- corresponde a 67% do rendimento dos homens. Enquanto os homens dessas regiões ganham em média R\$ 805,84, as mulheres ganham R\$ 542,98.

Os dados foram apurados no mês de abril e divulgados ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), junto com a pesquisa de emprego. Pela primeira vez, o instituto incluiu estatísticas relativas a gênero na divulgação da pesquisa, que é feita mensalmente nas seis regiões.

A comparação, nas seis regiões metropolitanas, é mais favorável às mulheres do que na pesquisa feita em todo o país. Segundo dados da última PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), relativos a 1998, o rendimento médio das mulheres brasileiras equivalia a 59,3% do rendimento dos homens.

Segundo os números divulgados ontem, 45,4% das mulheres com mais de 15 anos trabalham, contra 73,3% dos homens nessa faixa.

Por categorias de ocupação, o maior diferencial de rendimento foi registrado nos trabalhadores por conta própria. Nesse quesito, o rendimento das mulheres (R\$ 409,62) representou 61% do dos homens (R\$ 670,18).

Nos empregos com carteira assinada, os homens tiveram rendimento de R\$ 777,36, e as mulheres, de R\$ 562,16. Entre os trabalhadores sem carteira assinada, os valores registrados foram de R\$642,23 para os homens e de R\$ 504,09 para as mulheres.

De acordo com os dados, o percentual de homens e mulheres ocupados com carteira assinada é semelhante (43%). Sem carteira assinada estão 24,9% dos homens e 32,2% das mulheres. Entre os trabalhadores por conta própria, a pesquisa situou 25,8% dos homens e 20,4% das mulheres.

A pesquisa mostrou que 4,4% do total de homens ocupados ganhavam menos de um salário mínimo e 16,6% ficaram na faixa de um a menos de dois salários. Entre as mulheres, 8,2% recebiam menos de um mínimo e 27,7% situavam-se de um a menos de dois mínimos. Por setor de atividade, constatou-se que 45,4% dos homens atuam no setor de serviços. Entre as mulheres, 66,9%.

A procura por trabalho predominou entre os homens (52,8%), segundo a pesquisa. Desse total, 90,7% já tinham experiência e 36,1% eram chefes de família.